

Waldemir Barreto



Negociações em Plenário reúnem Romero Jucá (E), José Agripino, Antonio Carlos Júnior, Gilberto Goellner e João Tenório; pauta continua trancada por duas medidas provisórias

Aprovado projeto que anistia dívida de agricultor nordestino

Renegociação de débitos é incluída em medida que concede incentivos fiscais a diversos setores da economia

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei de conversão que concede incentivos fiscais a diversos setores da economia, especial-

mente à indústria petrolífera das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os incentivos fiscais, que se estendem também à indústria aeronáutica e a empresas de informática,

são estimados em R\$ 3 bilhões neste ano. O projeto recebeu no Senado cerca de 50 emendas do relator, Romero Jucá. Entre elas, a que define os termos da renegociação das dívidas dos agricul-

tores do Nordeste, reivindicada pelos parlamentares da região. O Plenário aprovou também medida provisória que abriu crédito extraordinário de R\$ 742 milhões para ministérios. **3**

Temporão diz que Brasil cumprirá meta do milênio

Em debate na Comissão de Assuntos Sociais, ministro da Saúde diz que país tem todas as condições de reduzir em 75% a taxa de mortalidade materna, uma das metas da ONU. **8**

Temporão e Rosalba Ciarlini, na CAS: enquanto ministro citou redução das taxas, senadora criticou índices ainda elevados de mortalidade materna



Cristina Gallo



Jornal completa 15 anos e lança revista de debates

No dia em que completou 15 anos de circulação (acima, a capa da primeira edição), o Jornal do Senado lançou ontem a revista *em discussão!*, que reproduz debates nas comissões da Casa. **2**

Congresso decidirá sobre obras com irregularidades

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, diz que o governo concorda em mudar a LDO e manter competência do Congresso de paralisar obras consideradas irregulares pelo TCU. **3**

Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo (D), Lúcia Vânia e João Bernardo Rangel, secretário-executivo do ministério, debateram regras da LDO para 2011



Cristina Gallo

Fundo vai incentivar a reutilização da água **7**

Deficiente auditivo pode ter isenção de IPI para carro **8**

CAE altera mecanismos de responsabilidade fiscal **5**

Primeira edição, de 4 de maio de 1995, teve como manchete as discussões sobre o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação defendido por Darcy Ribeiro

Jornal do Senado faz 15 anos circulando em três versões

O **JORNAL DO Senado** completou ontem 15 anos. Nesse período, foram 3.224 edições, que levaram à sociedade informações sobre todos os debates e decisões ocorridos no Plenário e nas comissões, sempre com imparcialidade e precisão. Sua primeira edição circulou em 4 de maio de 1995, quando o senador José Sarney (PMDB-AP) ocupava pela primeira vez a Presidência do Senado.

A versão impressa do jornal circula atualmente no Distrito

Federal. A versão eletrônica, na internet, pode ser lida de qualquer lugar. Há também a edição em braile, com periodicidade mensal, destinada a instituições que atendem pessoas com deficiência visual. O endereço na internet é www.senado.gov.br/jornal.

O **Jornal do Senado** sempre contou com a colaboração de dois parceiros: a Agência Senado e a Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) – a Gráfica do Senado.

A agência é responsável pela cobertura diária, inclusive fotográfica, das ações legislativas, que dá sustentação às edições do jornal.

A primeira edição do jornal noticiou em sua manchete os debates sobre o projeto que seria transformado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Em defesa do texto, o relator, então senador Darcy Ribeiro, lembrou a crise da educação e ressaltou a importância de se rever a legislação da área.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Senado comemora 10 anos da LRF

14h Na hora do expediente, serão comemorados os dez anos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Projetos que formam o marco regulatório da exploração do petróleo na área do pré-sal continuam trancando a pauta do Plenário.

Presidência Delegação do Senado mexicano

10h O senador José Sarney recebe o presidente do Senado do México, Carlos Navarrete, e delegação que participa da II Reunião Interparlamentar México-Brasil. Às 12h, encontra-se com o ex-primeiro-ministro do Japão Taro Aso. Às 14h, preside a sessão de homenagem pelos dez anos da LRF. Às 16h, preside a ordem do dia.

CCT Clonagem de animais

8h30 Projeto que regulamenta a clonagem de animais está em análise na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Também deve ser votada proposta que institui o novo Código Florestal, para tornar obrigatório o inventário florestal digital. A CCT vota ainda projetos de decreto legislativo de autorizações e permissões para o funcionamento de rádios comunitárias, rádios FM e emissoras de televisão.

CCJ, CAS, CAE, CMA Debate sobre resíduos sólidos

9h A ministra do Meio Ambiente, Izabella Mônica Vieira Teixeira, e o ministro das Cidades, Márcio Fortes, entre outros convidados, debatem, em audiência pública com senadores de quatro comissões (CCJ, CAS, CAE e CMA), o projeto que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

CCJ Penas contra corrupção

10h Crimes de corrupção praticados nas áreas da saúde e da educação terão punição ainda mais rigorosa – de quatro a 14 anos de reclusão. O aumento de pena está previsto em projeto de lei para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O primeiro item em pauta na CCJ institui o novo Regimento Interno do Senado.

CDH 100 anos de política indigenista

10h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza debate sobre os cem anos da política indigenista, iniciada pelo marechal Cândido Rondon. Foram convidados para a audiência o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira; o presidente do Conselho Missionário Indigenista e bispo da Prelazia do Xingu, dom Erwin Käutler; o coordenador-geral da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, Manoel Santos; o vereador de Campinápolis (MT), Jeremias Pinita'Awe; o indigenista e geógrafo especialista em Gestão e Ordenamento Territorial da Universidade de Brasília (UnB), Wagner Tramm; e a socióloga Azelene Kaingáng.

CPI da Pedofilia Setor de telecomunicações

10h Reunião do grupo de trabalho da CPI da Pedofilia com as empresas de telecomunicações.

CDR Incentivo aos projetos sociais

11h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo analisa, entre outras, proposta que facilita a execução de projetos sociais do governo federal em pequenos municípios. A proposição reduz ou dispensa da contrapartida financeira os municípios mais carentes em programas habitacionais de interesse social e em ações de saneamento básico executadas a partir de transferências voluntárias de recursos da União.

CPI do MST Audiência pública na pauta

14h A Comissão Parlamentar de Inquérito do MST realiza audiência pública para ouvir o diretor de Desenvolvimento do Inkra, César José de Oliveira, e o superintendente regional da instituição, Raimundo Pires da Silva, além do secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, André Lázaro.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



No lançamento, ontem de manhã, Sarney previu sucesso para a revista

Presidente elogia profundidade da revista em discussão!

No lançamento da revista *em discussão!*, produzida pela equipe do **Jornal do Senado**, trazendo as audiências públicas ocorridas nas comissões, o presidente José Sarney disse que a publicação é uma oportunidade de levar à população a opinião de especialistas sobre as propostas que tramitam na Casa.

– Essa revista é destinada a um grande sucesso, pois tem utilidade e profundidade, além da função de expressar para o

Congresso Nacional a opinião dos *experts* – ressaltou.

O diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, afirmou que o lançamento da revista faz parte do esforço de divulgar debates que ocorrem no Senado e que, segundo ele, não recebem a atenção da imprensa.

O primeiro número reproduz os debates promovidos sobre o marco regulatório para exploração do petróleo no pré-sal.

Exposição, revista e CDs comemoram 50 anos de Brasília

O lançamento de uma coleção de CDs-ROM e de edição especial da revista *Senatus*, juntamente com a abertura da exposição fotográfica *Simplemente Brasília*, foram os eventos que o Senado realizou ontem como parte da comemoração do cinquentenário da capital.

O vice-presidente da Casa, Marconi Perillo (PSDB-GO), presidiu a solenidade na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho. Estiveram presentes os senadores Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Cristovam Buarque (PDT-DF), Adelmir Santana (DEM-DF), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Paulo Duque (PMDB-RJ).

A coleção de CDs multimídia, intitulada *A Expedição Cruis e outras Expedições para a Mudança da Capital*, reúne documentos inéditos sobre as comissões que estudaram o Planalto Central a fim de demarcar a área em que seria estabelecida a nova capital do Brasil. Esse material poderá ser acessado na Biblioteca Digital do Senado (www2.senado.gov.br/lbdsf). A edição especial da revista *Senatus*, organizada pela Secretaria de Informação e Documentação, descreve a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília e os primeiros momentos de funcionamento do Senado no prédio desenhado por Oscar Niemeyer.

Já a exposição de fotos sobre as etapas da construção de Brasília e do seu desenvolvimento foi montada pela Coca-Cola.

Comunicação divulga nota em resposta a Cláudio Humberto

A Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado divulgou ontem a seguinte nota em resposta a informações divulgadas na coluna do jornalista Cláudio Humberto:

“A propósito de nota na coluna de Cláudio Humberto desta terça-feira, 4 de maio, intitulada ‘Médico até para ex-senadores’, a Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal esclarece e solicita retificação quanto ao que se segue:

1. ao contrário do publicado, há limite para as despesas médicas e odontológicas prestadas pelo Senado Federal a ex-senadores;

2. diferentemente do que afirma a nota, a cobertura não é extensiva a todos os dependentes,

mas apenas ao cônjuge;

3. para ter direito à assistência de saúde, o ex-senador deve apresentar declaração de que não exerce outro cargo público nem está vinculado a outro sistema de Previdência Social;

4. segundo Ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão Diretora, realizada em 18 de setembro de 2003, o limite anual de despesas médicas, psicológicas, hospitalares e odontológicas para ex-parlamentares é de 84508 CH (coeficiente de honorários médicos), o que corresponde hoje a R\$ 32.958,12.

Fernando Cesar Mesquita
Secretaria Especial de Comunicação Social

Vários setores da economia, como indústria petrolífera, aeronáutica e de informática, vão receber incentivos fiscais que somam R\$ 3 bilhões neste ano. O texto recebeu mais de 50 emendas no Senado e, portanto, volta à Câmara

Plenário aprova renegociação de dívida de agricultores do Nordeste

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o projeto de lei de conversão (PLV 1/10) que concede incentivos fiscais a diversos setores da economia, especialmente à indústria petrolífera das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os incentivos fiscais, que se estendem também à indústria aeronáutica e empresas de informática, são estimados em cerca de R\$ 3 bilhões em 2010. O governo alega que a proposta reforça o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Proveniente da Medida Provisória (MP) 472/09, o PLV recebeu no Senado Federal cerca de 50 emendas do relator-revisor, o líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR). Entre elas, a que define os termos da renegociação das dívidas dos agricultores do Nordeste, que vinha sendo reivindicada pelos parlamentares da região. Como sofreu modificações, o PLV volta à Câmara dos Deputados.

De acordo com a emenda, das cerca de 116 mil operações que já haviam sido renegociadas com base no artigo 2º da Lei 11.322/06, 78,2 mil operações com saldo devedor no Banco do Nordeste do Brasil inferior a R\$ 10 mil (equivalente a um total de R\$ 287,2 milhões) serão perdoadas. As operações restantes, limitadas a R\$ 35 mil, terão condições especiais para pagamento, como desconto de até 85%.



Romero Jucá (E), Agripino, Rosalba Ciarlini e Efraim Moraes em debate no Plenário

Já das 216 mil operações ainda não renegociadas, 185 mil (em um total de R\$ 1,33 bilhão) serão anistiadas, ao passo que as demais poderão ser quitadas mediante condições especiais.

O senador José Agripino (DEM-RN) condicionou o apoio de sua bancada à inclusão no texto da suspensão das execuções judiciais e da prorrogação do incentivo de R\$ 5 por tonelada concedido aos produtores de cana-de-açúcar

como compensação pela competição com os produtores do centro-sul. Também exigiu que não fossem incluídas na renegociação multas por atrasos de pagamento dos débitos.

Restou a polêmica acerca da retirada dos débitos dos agricultores da inscrição na dívida ativa da União, outra exigência apresentada pelos parlamentares do Nordeste. O líder do governo alegou não ter con-

seguido fazer contato com os técnicos da equipe econômica que poderiam avaliar a mudança no texto, mas ressaltou que, pelas modificações que já havia feito, as inscrições na dívida ativa ficavam suspensas até 31 de dezembro deste ano.

Texto principal

Para beneficiar as indústrias petrolíferas, o projeto instituiu o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Repenec).

Fica criado também o Programa Um Computador por Aluno (Prouca) e instituído o Regime Especial para Aquisição de Computadores para Uso Educacional (Recompe). O objetivo é promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas.

O PLV institui, entre outras medidas, o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira (Retaero), beneficiando empresas que produzam partes, peças, componentes, equipamentos, sistemas, insumos e matérias-primas utilizados em aeronaves; e autoriza a União a conceder crédito aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante, no montante de até R\$ 15 bilhões.

Pleito antigo da bancada de Rondônia, a transferência do quadro de servidores civis e militares do ex-território para a União foi incorporada ao PLV.

Repasse de recursos, já usados por ministérios, é autorizado

A retomada de votações em Plenário ontem teve início com a aprovação da Medida Provisória 473/09, que abriu crédito extraordinário de R\$ 742 milhões para os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; da Saúde; dos Transportes; e da Integração Nacional.

Os recursos foram utilizados em ações para enfrentar os danos causados pelas chuvas no fim do ano passado em várias regiões do país. Para viabilizar os repasses, o governo remanejou dotações orçamentárias. Outros R\$ 12 milhões vieram do superávit financeiro da União de 2008.

Pauta trancada

A pauta continua trancada por duas MPs – a 477/10 e a 480/10, ambas abrindo créditos extraordinários –, que o governo espera aprovar até a próxima semana.

A expectativa é que ainda em maio sejam apreciados três dos quatro projetos do marco

regulatório do pré-sal: o que cria a Petro-Sal (PLC 309/09), o da capitalização da Petrobras (PLC 08/10) e o que cria o Fundo Social (PLC 7/09). O que institui o modelo de partilha (PLC 16/10) deverá ser dividido para que a parte referente aos royalties fique para o próximo ano.

LDO: governo aceita mudar regra para obras com irregularidades

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, disse ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO) que o governo concorda em alterar a regra de controle preventivo das obras e serviços com indícios de irregularidades graves, prevista no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Segundo o ministro, Executivo, Congresso e Tribunal de Contas da União (TCU) devem encontrar um texto de consenso, que evite a redução do poder fiscalizatório do TCU ou de paralisação pelo Congresso.

– Concordo que temos que mudar a redação. A lei tem que expressar o que determina a Constituição. Quem determina que a obra deve ser parada é o Congresso – disse.

De acordo com o projeto da LDO, a decisão de paralisação



Paulo Bernardo (E), deputado Moka, presidente da CMO, e senador Tião Viana, relator da LDO: Congresso é que deve parar obra

das obras apanhadas pelo TCU com indícios de irregularidades graves (como superfaturamento e inexistência de licença ambiental) sai do Legislativo, como é hoje, para o Executivo, ao qual caberá adotar as medidas preventivas ou saneadoras recomendadas pelo TCU.

Paulo Bernardo pediu, porém, que o texto aprovado pelos con-

gressistas incluía critérios para a paralisação das obras. Ele deu o exemplo de um empreendimento de R\$ 1 bilhão que venha a ter um dos seus contratos, no valor de R\$ 10 milhões, julgado irregular pelo TCU. Para o ministro, esse contrato não pode paralisar toda a obra.

– A lei tem que dizer claramente em que condições

vamos paralisar. Isso fica claro e transparente e não permite que seja feita obra irregular ou que obra irregular fique muito tempo parada – disse Bernardo, que já manteve conversas sobre mudanças no texto com o relator do projeto da LDO, senador Tião Viana (PT-AC), e com o presidente do TCU, Ubiratan Aguiar. (Agência Câmara)

Câmara reajusta aposentadorias em 7,72%

Foi aprovada ontem na Câmara dos Deputados a medida provisória que concede 7,72% de reajuste para as aposentadorias da Previdência Social acima de um salário mínimo.

O índice foi incluído na MP 475/09 – que agora será examinada pelo Senado – por meio de emenda do deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) e corresponde à inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais 80% da variação do Produto Interno Bruto (PIB) de 2008 para 2009.

Os deputados aprovaram também a emenda de Fernando Coruja (PPS-SC), que acaba com o fator previdenciário a partir de 1º de janeiro de 2011.

Paulo Pereira da Silva lembrou que o acordo feito com os aposentados e com o Senado é para o percentual aprovado pela Câmara. “Algo além disso é demagogia”, afirmou.

Mantida indicação de Paulo Vieira para diretoria da ANA

O presidente do Senado, José Sarney, rejeitou ontem a questão de ordem apresentada pelos senadores José Agripino (DEM-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) a respeito da aprovação, no dia 14 de abril, da indicação de Paulo Rodrigues Vieira para a direção da Agência Nacional de Águas (ANA). A indicação havia sido rejeitada anteriormente pelo Senado, no dia 16 de dezembro de 2009. Fica mantida, portanto, a aprovação de Vieira.

Sarney alegou que não poderia anular uma decisão tomada pelo Plenário, baseando-se em despacho do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO), que, chamado a se pronunciar sobre o assunto por solicitação da própria Mesa, devolveu a questão à Presidência da Casa.

Demostenes apontou a falta de acordo entre os líderes para que uma nova votação fosse feita e a realização de nova votação sem que a primeira tivesse sido anulada. Arthur Virgílio defendeu que “nomes rejeitados não possam ser votados mais uma vez”. Sarney se comprometeu a editar um ato para regulamentar a votação de autoridades.

O SENADOR GILBERTO Goellner (DEM-MT) irá se afastar do Senado a partir de hoje, por 123 dias, para tratamento de saúde. Goellner assumiu o mandato no lugar de Jonas Pinheiro, que faleceu em fevereiro de 2008. Durante a licença, assumirá a vaga seu suplente, o médico e ex-deputado estadual Jorge Yanai (DEM-MT).

Senadora afirma que a política brasileira estabeleceu novas parcerias pelo mundo e aumentou o comércio com nações sul-americanas para 20% do total do país

Fátima Cleide aponta fim da política externa subserviente

“NÃO HÁ COMO negar: o Brasil é mais soberano e altivo graças à política externa que o tirou da condição de subserviência e obediência cega às regras do país mais poderoso do mundo.” A afirmação foi feita pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), que elegeu a política externa e a política de inclusão social como pilares do governo do presidente Lula.

Segundo a senadora, além de aprofundar as relações com os países vizinhos, a política externa brasileira estabeleceu novas parcerias pelo mundo, diversificando o comércio com a Ásia, a África, a Europa e a América Latina. Essa mudança de foco, informou Fátima Cleide, fez



Diplomacia com ênfase na soberania nacional distingue gestão do governo Lula, diz Fátima Cleide

com que o comércio com os países sul-americanos passasse a ser quase 20% do total do comércio exterior brasileiro.

Uma diplomacia “mais asser-

tiva” com ênfase na soberania nacional é o que distingue a gestão atual dos governos anteriores, na avaliação de Fátima Cleide. A projeção do Brasil e do presidente Lula no mundo é resultado, para a senadora, não apenas da estabilidade econômica e de políticas sociais, mas também dessas novas diretrizes da

política externa.

– Aquela política externa subserviente há muito tempo ficou para trás – enfatizou Fátima Cleide.

Mozarildo protesta contra críticas à redivisão territorial

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) protestou ontem contra as críticas de jornais de São Paulo a projetos de redivisão territorial do Brasil. As críticas surgiram, segundo Mozarildo, após a Câmara dos Deputados aprovar a urgência para votação de três projetos seus que determinam a realização de plebiscito para o desmembramento dos estados do Amazonas, do Pará e do Mato Grosso, aprovados pelo Senado em 2002; e um projeto

do deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) que propõe a realização de plebiscito para a criação do estado do Carajás.

A maior crítica partiu do jornal *Valor Econômico*, que tratou a redivisão como “ameaça de se criar novos estados artificiais”. O jornal *O Estado de S. Paulo* também publicou um editorial com “críticas severas”, afirmou.

Para Mozarildo, porém, todos os desmembramentos de estados tiveram consequências



Mozarildo: todos os desmembramentos de estados foram positivos

positivas. Na sua opinião, a manutenção da atual divisão territorial brasileira vai perpetuar as desigualdades regionais.

César Borges pede aprovação de projeto apresentado em 1989

O senador César Borges (PR-BA) comunicou ao Plenário que acaba de retornar à Casa um importante projeto, de 1989, aprovado pelo Senado em 1991. O PLS 354/89 tramitou na Câmara dos Deputados por 19 anos e só agora retorna, na forma de um substitutivo, para nova apreciação dos senadores. A matéria, do ex-senador Francisco Rollemberg, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Para César Borges, já passou

da hora de o Brasil “acordar para um dos seus maiores problemas ambientais: o gerenciamento do lixo”. Ele comentou recentes matérias da imprensa sobre problemas com aterros públicos em São Paulo, Curitiba e Salvador e acrescentou que problemas similares de coleta, gerenciamento e destinação de resíduos sólidos acometem praticamente todas as grandes cidades do país.

– Por não existir uma política nacional de resíduos sólidos, es-



César Borges elogia proposta que cria política de resíduos sólidos

tamos descartando esse lixo de forma totalmente inadequada, em locais ermos e até mesmo em praias, em rios – alertou.

Jayme Campos defende nome de Fragelli no novo estádio

O senador Jayme Campos (DEM-MT) pediu à Mesa que o Senado envie carta ao governador do Mato Grosso, Silval Barbosa, recomendando a manutenção do nome de José Fragelli na arena esportiva a ser construída no lugar do Estádio Governador José Fragelli, que está sendo demolido. O novo complexo esportivo de Cuiabá sediará jogos da Copa do Mundo de 2014.

José Fragelli morreu no dia 30 de abril, aos 94 anos, em Aquidauana (MT). Nessa mesma semana, foram iniciadas as obras de demolição do estádio que leva o seu nome. A implosão do complexo esportivo foi exigência da FIFA.



Jayme Campos

Mão Santa celebra 25 anos do Partido Social Cristão

Presidente do PSC no Piauí, Mão Santa comemorou ontem os 25 anos de existência do seu partido.

– Vinte e cinco anos dedicados à sua finalidade social, à pregação dos valores e propósitos do cristianismo.

O partido foi fundado no início de 1985, quando nove “aguerridos idealistas” reuniram a agremiação com base nos conceitos políticos propostos pelo ex-vice-presidente da República Pedro Aleixo.

Mão Santa salientou que o símbolo de seu partido é o peixe, que “lembra Cristo alimentando os famintos” e também Juscelino Kubitschek, que “cantava e encantava com o Peixe Vivo”.



Mão Santa

Virgílio: apagão logístico afeta 20 mil trabalhadores em Manaus

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem que 20 mil trabalhadores de empresas do Polo Industrial de Manaus estão impedidos de trabalhar por falta de insumos. A causa do problema, segundo ele, é o “apagão logístico” que afeta o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, de Manaus.

Virgílio advertiu que a situação é insustentável e cobrou providências que solucionem os problemas e deixem de tumultuar a produção das empresas do polo industrial. Ele disse que a crise causa uma inquietação trabalhista muito grande.

O senador leu matéria do jornal *Diário do Amazonas* em que o líder empresarial Wilson Périco manifesta temor de que os insumos retidos no pátio da Infraero, cobertos com lonas improvisadas, comecem a estragar por causa das chuvas.

Segundo o jornal, as linhas de produção de celulares, televisores de LCD, aparelhos de som, DVDs e tocadores de áudio MP3, além de câmeras fotográficas, foram as mais afetadas.

Virgílio responsabiliza a Infraero pela situação e afirma que o aeroporto Eduardo Gomes não é mais condizente com as novas exigências de Manaus.



Virgílio cobra providências para evitar prejuízos ao polo industrial

Heráclito critica precariedade do aeroporto de Parnaíba

Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou ontem a falta de condições operacionais do Aeroporto Prefeito Dr. João Silva Filho, na cidade de Parnaíba, no Piauí.

Para o senador, a precariedade das instalações do aeroporto está inviabilizando a construção de um hotel na cidade por um empresário italiano. Heráclito alertou especialmente para a necessidade de ampliação do efetivo da brigada de incêndio no aeroporto, bem como da modernização de equipamentos.

Heráclito rebateu ainda explicações dadas à imprensa pela

Gerência de Marketing e Comunicação Social do escritório da Infraero no Recife, segundo as quais o aeroporto de Parnaíba se encontra em condições de receber voos internacionais.

– Fizeram uma inauguração simulada, uma inauguração fictícia, às vésperas de o governador deixar o comando do estado. Foi apenas uma decolagem noturna para o avião do governador sair, mas o aeroporto continua interditado – disse o senador.

Em aparte, Mão Santa (PSC-PI) manifestou apoio ao discurso de Heráclito.

Inácio Arruda comemora reação da indústria naval

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) comemorou a entrega pela Transpetro, subsidiária da Petrobras, do petroleiro João Cândido na região portuária de Suape (PE), após um jejum de 13 anos. Ele acredita que o petroleiro de 275 metros de comprimento simboliza a retomada da indústria naval brasileira, que passou por um longo período de estagnação, sendo a primeira de um total de 49 embarcações encomendadas

a estaleiros brasileiros.

– Esse é um programa muito especial. Um navio entra por Pernambuco, mas está prevista a construção de navios em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, em Alagoas, no Ceará e no Rio de Janeiro – disse.

Inácio Arruda frisou os altos salários pagos pela construção naval, a aplicação de tecnologia nacional e o seu significado para o aquecimento da economia pela geração de empregos.

Jefferson Praia anuncia debate sobre Instituto Chico Mendes

Jefferson Praia (PDT-AM) informou ontem ao Plenário que a Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou seu requerimento para realização de uma audiência pública sobre a atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no estado do Amazonas.

Serão convidados representantes do ICMBio, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Secretaria de Meio Ambiente do

Amazonas e do Ministério do Meio Ambiente, entre outros. De acordo com o senador, fiscais do instituto foram acusados de abusos durante fiscalização no município de Lábrea (AM).

Logo depois do anúncio, foi aprovado outro requerimento de Jefferson Praia para realização de homenagem do Senado ao ex-senador Jefferson Péres, falecido há dois anos. Jefferson Praia era suplente de Péres. A homenagem foi agendada para o dia 26.

Lei de Responsabilidade Fiscal completa dez anos e comissão sugere mudanças para ampliar capacidade da norma de melhorar administração

Novas formas de modernizar a máquina pública

NO DIA EM que completou dez anos de existência, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) recebeu da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) três alterações que, de acordo com os senadores, fixam novas regras para a concessão de garantia por empresa estatal e incentivam a modernização da administração dos estados e do Distrito Federal.

Projeto (PLS 243/09 – Complementar) do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) aprovado ontem pela CAE permite que uma estatal não dependente conceda a uma subsidiária ou controlada garantia proporcional a sua participação no capital social. A estatal não dependente é aquela que gera receitas e não recebe do ente controlador dinheiro para pagamento de pessoal e custeio da administração.

Cooperação

A segunda alteração prevista no projeto de Jereissati amplia a prestação de assistência técnica e cooperação financeira da União com o objetivo de incluir os estados e o Distrito Federal no esforço de modernização da gestão pública. O texto atual da LRF contempla apenas os municípios nos convênios com esse objetivo.

A proposta prevê que os programas de modernização não se concentrem apenas na receita e na administração patrimonial, mas também na gestão dos programas sociais, para “se buscar o tão necessário aumento na qualidade do gasto público”.

O relator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), sugeriu uma ampliação do alcance da



O relator Antonio Carlos Júnior (E) sugeriu ampliação do alcance do projeto de Tasso Jereissati (com Romero Jucá)

iniciativa, de forma a abranger todos os programas e projetos governamentais.

– Economia e eficiência são boas conquistas em qualquer área, seja ela um programa social ou não – afirmou o relator.

Financiamento

A terceira modificação é a abertura da possibilidade de o estado, município ou DF financiar o programa de modernização por meio de contratação de



empréstimo junto a organismo financeiro internacional, com aval da União. A proposta ainda será examinada pelo Plenário do Senado.

Para que esses empréstimos se viabilizem, o projeto isenta a aplicação das restrições da LRF à contratação de financiamentos por estados e municípios com excesso de despesa de pessoal e dívida acima do limite legal – especificamente nos programas de modernização da gestão.

O relator justificou o que poderia parecer, à primeira vista, uma flexibilização excessiva da LRF.

– Se o objetivo do programa é aumentar a qualidade da gestão pública, implementando medidas que permitam reduzir seu déficit, controlar a expansão da folha de pagamento e melhorar o desempenho de seus gastos, não faz sentido impedir a execução do projeto como forma de punir indicadores fiscais desfavoráveis – disse ACM Júnior.

Cristovam sugere leis com o rigor da LRF

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu ontem a criação de leis que, à semelhança da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tratem de setores fundamentais como saúde, educação, meio ambiente. Ele também mencionou a necessidade de estender o mesmo rigor da LRF – que pune o governante que desrespeita regras fiscais – à ética e às políticas em relação às crianças, às mulheres, aos idosos, aos índios e aos pobres em geral.

– Não temos uma lei de responsabilidade sobretudo com o futuro do país. Os nossos governantes que, hoje, tomarem medidas que comprometam o futuro do país daqui a cinco, dez anos, não serão responsabilizados em nada – disse.

O senador lamentou ainda a inexistência de uma lei que puna com a inelegibilidade os governantes que não cumprirem as regras legais ambientais.



Senador quer leis que responsabilizem os governantes em setores essenciais



O presidente da CPI das ONGs, Heráclito Fortes (E), ouve o ex-presidente da cooperativa

Vaccari nega desvio de contribuições e uso de recursos públicos pela Bancoop

O ex-presidente da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop) João Vaccari Neto negou que a entidade tenha movimentado recursos oriundos de fundos públicos de qualquer natureza. Também rebateu as acusações de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e desvio de contribuições.

Em depoimento à CPI das ONGs, Vaccari – que de 2005 a 2010 presidiu a Bancoop e é o atual secretário de Finanças do PT – disse que as acusações feitas contra ele pelo promotor José Carlos Blat, do Ministério Público de São Paulo (MPSP), são feitas “apenas pela imprensa”.

– Ele não apresentou nenhuma denúncia formal até hoje – afirmou.

Vaccari garantiu que a Bancoop vem

adotando medidas permanentes de comunicação com os cooperados, fruto de entendimento com o MPSP que teve início em 2006. O acordo vem sendo questionado pelas autoridades, o que impede o lançamento de novos empreendimentos imobiliários até a resolução das pendências judiciais.

Em relação aos pagamentos a prestadores de serviços feitos pela Bancoop, Vaccari assegurou a Alvaro Dias (PSDB-PR) que todos foram contabilizados e auditados. Alvaro discordou, citando depoimento prestado ao MPSP por Hélio Malheiros, irmão do ex-presidente da Bancoop, Luís Eduardo Malheiros, morto em acidente. No depoimento, Hélio teria confirmado o desvio de recursos da Bancoop a campanhas eleitorais do PT.

Em favor da aprovação do projeto Ficha Limpa (PLP 518/09), que prevê a inelegibilidade de candidatos condenados pela Justiça e aguarda votação na Câmara dos Deputados, manifestantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (na foto, ao lado dos deputados Chico Alencar e Rita Camata) promoveram ontem a lavagem simbólica da rampa do Congresso Nacional. O projeto tem recebido apoio, em Plenário, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que apresentou proposta no mesmo sentido. Ele pediu que o Senado vote o projeto Ficha Limpa com urgência e sem modificações. A ideia é não atrasar sua aprovação e garantir a entrada em vigor da nova regra já nas próximas eleições.



Valter Pereira defende PEC sobre demarcação

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) defendeu ontem a aprovação de substitutivo de sua autoria à proposta de emenda à Constituição (PEC 38/99) que dá ao Senado competência privativa para aprovar, mediante proposta do Executivo, o ato demarcatório das terras indígenas.

Valter Pereira recordou que a PEC, apresentada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em abril de 2002, encaminhada ao Plenário, remetida novamente à CCJ, novamente aprovada em dezembro de 2004, e atualmente aguarda deliberação do Plenário.

O senador defendeu a homologação das demarcações pelo Senado, afirmando que "o fundamento para vir para o Senado é cristalino":

– Quem socorre o estado fustigado com ameaça de desapropriação para criação da reserva é a Casa da Federação – disse o senador, frisando que, portanto, é no Senado que essa questão tem que ser debatida.

Pelo substitutivo de Valter Pereira, a União "indenizará aquele que, em título de domínio expedido pelo poder público com origem anterior a 5 de outubro de 1988, constar como proprietário das terras declaradas tradicionalmente indígenas, respondendo pelo valor da terra nua e pelas benfeitorias úteis e necessárias, realizadas de boa-fé".

Valter Pereira afirmou que a procrastinação do Senado de uma decisão sobre essas questões só contribuiu para o aumento no número de conflitos nessa área no país.



Valter Pereira diz que Senado deve homologar demarcação de terras

Comissão de Assuntos Sociais deve tomar decisão final no Senado antes de submeter a proposta aos deputados. Medida vale para aquisições feitas por agricultores familiares

Isenção de IPI para máquina agrícola feita no Mercosul

PODERÃO FICAR ISENTOS do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) máquinas e equipamentos agrícolas fabricados em países que integram o Mercosul quando adquiridos por agricultores familiares ou por cooperativa de produtores rurais. O benefício consta de projeto (PLS 35/10) de Acir Gurgacz (PDT-RO) aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e que segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa.

O relator, Gilberto Goellner (DEM-MT), ressaltou que a medida ajudará a reduzir os custos da produção familiar, relevante "para a produção de alimentos que abastece o mercado interno". A isenção será também um incentivo "ao cooperativismo no meio rural e a todos os agricultores assim organizados".

Outro projeto (PLS 580/07) aprovado pela CRA, de Neuto de Conto (PMDB-SC), garante a manutenção do seguro especial da Previdência Social para segurado que exercer atividade eventual pelo prazo máximo de 90 dias. O relator, Osmar Dias (PDT-PR), aumentou para 120 dias o prazo máximo para exercício de atividade eventual, de acordo com argumento governista de que já existe a Lei 11.718/08, que trata do mesmo assunto e garante os



Gilberto Goellner (E) avalia que isenção reduzirá custos na produção de alimentos

120 dias. Osmar Dias e Neuto de Conto acusaram o governo de plágio.

– O projeto será prejudicado lá na frente porque há uma lei similar em vigor. Mas nós estamos aprovando para marcar posição e mostrar que o governo está nos exonerando do direito de legislar – disse o presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS).

Valter Pereira retirou de pauta o PLS 325/06, que institui o Estatuto do Produtor Rural, atendendo a pedido da relatora, Kátia Abreu (DEM-TO). Apresentado por Antônio Carlos Valada-

res (PSB-SE), o projeto deverá ser votado na próxima semana.

A CRA aprovou também a realização de audiência pública para analisar a legislação sobre uso e controle de agrotóxicos. A iniciativa foi de Gilberto Goellner. Kátia Abreu, por sua vez, foi a autora de pedido de informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre as terras consideradas improdutivas em cada estado e que constam do Sistema Nacional de Cadastro Rural. Ela também pede o percentual do que já foi desapropriado por ser considerado improdutivo.

Senadores criticam governo por plagiar projetos e usá-los em MPs

Uma polêmica marcou a reunião da CRA ontem: a denúncia de Osmar Dias e Neuto de Conto de que o governo estaria plagiando os projetos de parlamentares para editar medidas provisórias e decretos.

A questão surgiu quando a comissão votava o projeto de Neuto de Conto (PLS 580/07), que garantia o seguro especial por 90 dias para o segurado que exercesse outra atividade em caráter temporário. Serys Shessarenko (PT-MT) disse que já existe norma sobre o assunto, a Lei 11.718/08, que se originou da Medida Provisória (MP) 432/08. Segundo ela, a lei é até mais completa, porque estabelece a

manutenção do seguro especial por 120 dias, contra apenas 90 do projeto do senador. Osmar Dias e Neuto de Conto argumentaram então que a proposta em votação era anterior à MP, editada de forma "pirata", usando o texto do PLS 580/07.

Irritado, Osmar Dias disse que já foi vítima duas vezes do que chamou de "plágio" ou "pirataria legislativa": a primeira vez, com a Lei do Estágio. Seu projeto ainda tramitava quando foi editada MP que, segundo ele, praticamente repetia o seu texto. A segunda vez, com seu projeto que limitava o número de horas diárias para que um caminhoneiro dirigisse. No caso da



Neuto de Conto: projeto de 2007 foi atropelado por medida provisória

Lei do Estágio, segundo Osmar Dias, o governo chegou a fazer uma grande consulta pública nacional sobre a sua proposta. No caso dos caminhoneiros, o projeto foi aprovado e vetado pelo presidente Lula.

Recursos para pesquisa podem ser regionalizados

Projetos de pesquisa em regiões que sediam empreendimentos de exploração de recursos hídricos e minerais ou de petróleo e gás deverão ganhar um reforço com proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Apresentado em 2005 pelo então senador Sibá Machado (PT-AC), o projeto (PLS 386/05) mantém, nas respectivas regiões, a metade dos recursos para investimento em ciência e tecnologia que tenham sido arrecadados a título de compensação financeira pela exploração desses recursos.

Sibá observou que regiões ricas em recursos naturais, como a Amazônia, geram enormes volumes de compensação financeira. No entanto, grande parte desses recursos, que são destinados por lei para ciência e tecnologia, não permanece na região: é atraída para instituições de pesquisa de outras regiões "mais desenvolvidas e mais influentes".

Carne suína deve ter garantia de preços mínimos

A carne suína deve integrar a pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), de acordo com projeto aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo o autor do projeto (PLS 348/07), Valdir Raupp (PMDB-RO), um dos estados mais prejudicados pelas dificuldades que se abateram sobre a suinocultura foi Santa Catarina, cujas exportações do produto sofreram embargo da Rússia. Como lembrou o senador, também a pandemia da gripe causada pelo vírus H1N1, "erroneamente associada ao consumo de carne suína", provocou forte queda na demanda.

Relatada por Gilberto Goellner (DEM-MT), a proposta deve seguir para a Câmara. Emenda aprovada anteriormente pela Comissão de Agricultura (CRA) eliminou dispositivo do projeto que restringia o benefício a pequenos e médios produtores rurais e suas cooperativas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Shessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Shessarenko • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Copa pode levar à redução da emissão de gases poluentes



Cícero Lucena

Os responsáveis pela organização dos jogos da Copa do Mundo de 2014, no Brasil, ficarão obrigados a adotar medidas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa decorrentes das atividades vinculadas a esse evento esportivo. A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei do Senado (PLS 46/08) que estabelece essa exigência.

A proposta atribui à autoridade competente a responsabilidade pelo cálculo das emissões de carbono na atmosfera. O responsável pelo evento deverá repartir com o poder público os recursos da venda de créditos de carbono gerados pelas medidas adotadas para compensar a emissão de gases poluentes. A matéria foi aprovada com emenda estabelecendo que parte dos recursos financie campanhas educativas sobre as mudanças climáticas no mundo.

Para o relator na CMA, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), essa estratégia demonstraria à comunidade internacional que o Brasil se preocupa com a questão, além de representar um alerta sobre a gravidade do aquecimento global.

CCJ pode votar hoje mudanças na Lei Pelé

O relatório do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) sobre projeto do Executivo que modifica a chamada Lei Pelé (Lei 9.615/98) pode ser votado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLC 9/10) trata do relacionamento entre clubes e jogadores, obrigando o atleta a permanecer no clube formador pelo período mínimo de cinco anos. Atualmente, o passe do jogador revelado pelo clube pode ser comercializado a qualquer momento, desde que sejam pagos a multa rescisória e os chamados direitos federativos.

Alvaro Dias disse que, para finalizar seu relatório, só está esperando conclusão da reunião realizada ontem pela CCJ em Goiânia, com o ministro do Esporte, Orlando Silva, e os presidentes dos principais clubes goianos.

O presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), anunciou que irá lutar pelo veto ao artigo 90-E do projeto: "Todo ex-atleta que tenha exercido a profissão durante, no mínimo, três anos consecutivos, ou cinco anos alternados, será considerado, para efeito de trabalho, monitor na respectiva modalidade esportiva".

Demostenes defende que essa função seja exercida apenas por profissionais de Educação Física.

Recursos poderão ser utilizados para incentivar a compra e instalação de sistemas de reaproveitamento de água em casas, prédios comerciais, industriais e públicos



CAE, presidida por Garibaldi Alves (destaque), aprovou proposta de Marcelo Crivella

CAE aprova criação de fundo para a reutilização da água

O PODER EXECUTIVO poderá ser autorizado a criar o Fundo Nacional de Reutilização da Água (Funreágua), destinado, entre outros propósitos, ao financiamento de sistemas de captação para estocagem e uso da água da chuva na irrigação de jardins e na lavagem de carros e calçadas. É o que diz projeto aprovado ontem em decisão terminativa e por unanimidade na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para o autor do Projeto de Lei do Senado (PLS) 154/09, Marcelo Crivella (PRB-RJ), o fundo poderá desenvolver tecnologias adequadas para o reaproveitamento de água. Com os recursos do fundo, poderá ser assegurada a compra, instalação, conservação, ampliação e recuperação

de sistemas de reutilização de água em edificações residenciais, comerciais, industriais e de serviços públicos e privados.

O fundo deverá ser composto com recursos do Orçamento da União, além de doações de pessoas físicas, de entidades públicas e privadas e de aplicações financeiras.

Favorável à aprovação, o relator Inácio Arruda (PCdoB-CE) destacou a importância do reaproveitamento da água como medida de preservação do recurso.

– Água é um bem vital e uma questão estratégica para todos os países – frisou.

Em emenda ao projeto, Inácio Arruda incluiu todas as instituições financeiras federais – e não apenas a Caixa Econômica

Federal, como no texto original – entre as que poderão operar o Funreágua.

Crivella afirma que a conservação e a reutilização de água são instrumentos modernos de gestão de recursos hídricos. As práticas conservacionistas, conforme observou, já são adotadas em alguns setores, particularmente no industrial. A institucionalização de tais práticas, na avaliação do senador, depende de leis e, principalmente, de vontade política.

Em termos de legislação, esclareceu o autor da proposta, há apenas uma resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática do reúso direto não potável de água.

Renovação de frota deverá priorizar veículos flex

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 85/07) que prioriza a compra de veículos movidos por combustíveis renováveis, ou pela mistura desses com combustíveis de fontes não renováveis, na renovação da frota oficial ou no aluguel dos carros. A proposta também garante incentivos ao cidadão na compra de veículos flex, movidos pela mistura de combustíveis renováveis e não

renováveis.

A Lei 9.660/98 diz que somente veículos movidos por combustíveis renováveis podem ser comprados para compor a frota oficial ou locados. Também restringe as medidas de incentivo à aquisição de veículos leves movidos exclusivamente por combustíveis renováveis.

No caso de pessoa física, a aquisição poderá beneficiar-se de incentivos fiscais, outros tipos de subvenção econômica ou ainda de prazos de financiamento ou

de consórcio superiores em, no mínimo, 50% em relação aos estabelecidos para os equivalentes movidos a gasolina ou diesel.

O projeto inclui as motocicletas na lei, tanto em relação à frota oficial quanto para compra com incentivos ou subvenção. Também proíbe a comercialização de veículo movido a gasolina ou diesel por preço inferior ao similar movido apenas por combustíveis de fontes renováveis ou por mistura de combustíveis oriundos de dois tipos de fonte.

Comissão pede informações sobre gestão de florestas

Após analisar o Relatório de Gestão de Florestas Públicas de 2008, Gilberto Goellner (DEM-MT) recomendou que a Comissão de Meio Ambiente (CMA) envie requerimento de informações sobre o documento ao Ministério do Meio Ambiente. Apesar de reconhecer que a gestão de florestas tem seguido as recomendações legais, o senador quer esclarecer aspectos que suscitaram dúvidas no relatório.

Também foram votados pela comissão dois requerimentos de Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Um deles pede a extinção da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, cujo prazo de funcionamento se esgotou. O outro solicita a criação de uma subcomissão temporária no âmbito da CMA para acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

CMA entra em debate sobre política de resíduos sólidos

A CMA se junta às comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) num amplo debate hoje, às 9h, sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ontem foi aprovado requerimento do senador César Borges (PR-BA), relator na CCJ do substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado (PLS 354/89) que estabelece o marco regulatório para o setor.

– Só 12% do lixo produzido é reciclado no Brasil. A destinação do lixo é um problema de responsabilidade compartilhada entre poder público, indústrias e consumidores. Alguns países nem aterro sanitário têm, que dirá lixo. Assim, é preciso diminuir o volume de lixo produzido e reciclá-lo ao máximo – lembrou César Borges.

Bolsa de estudo para aluno de curso profissionalizante

O contingente de um milhão de alunos matriculados em cursos profissionalizantes de nível médio poderá ser beneficiado com a concessão de bolsa de estudo no valor de meio salário mínimo (R\$ 255, em valores atuais), conforme projeto (PLS 433/09) de Gerson Camata (PMDB-ES) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta vincula à concessão dessas bolsas 5% dos recursos federais para manutenção e desenvolvimento do ensino, que totalizam R\$ 29,2 bilhões em 2010. Os 5% representariam R\$ 1,4 bilhão, o que permitiria a concessão anual de 478 mil bolsas (metade dos alunos).

Audiência pública: educação financeira no currículo escolar

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem requerimento de audiência pública para avaliar a oportunidade da inclusão do tema educação financeira no currículo de matemática nos ensinos fundamental e médio. A medida está prevista em projeto (PLC 171/09) originário da Câmara dos Deputados e que está em exame na CE.

Os senadores aprovaram ainda requerimento de Flávio Arns (PSDB-PR) que transforma em seminário uma audiência pública que será realizada pela CE para debater a Lei da Filantropia (Lei 12.101/09). Ainda sem data marcada, o debate na forma de seminário permitirá questionamentos da sociedade.

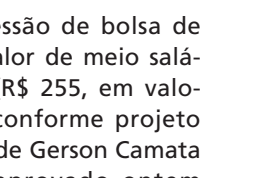
Lúcia Vânia cumprimenta professora Milca

Ao cumprimentar a professora Milca Severino Pereira, secretária de Educação de Goiás, que hoje recebe o título de professora emérita da Universidade Federal de Goiás, Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou uma das principais iniciativas da homenageada: o programa da escola estadual de tempo integral. O projeto foi implantado em 2006, em Goiás, atendendo a alunos do ensino fundamental.

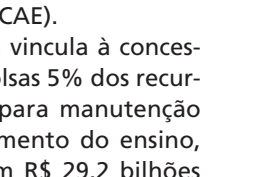
A senadora disse que atualmente são 118 escolas, em 71 municípios goianos, inseridas no programa, que tem como foco o projeto pedagógico formulado especificamente para o atendimento em tempo integral.



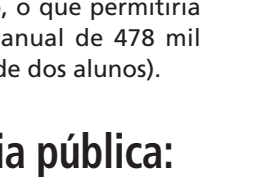
Gerson Camata



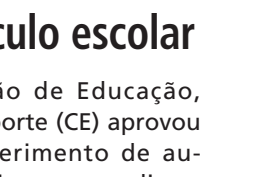
Gerson Camata



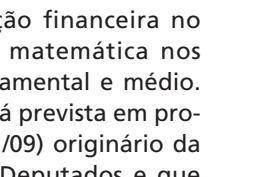
Gerson Camata



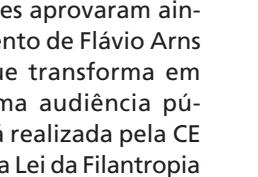
Gerson Camata



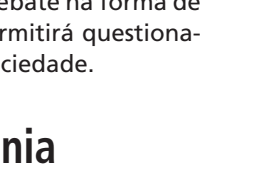
Gerson Camata



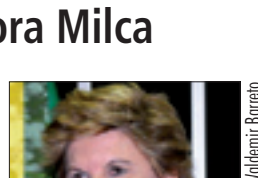
Gerson Camata



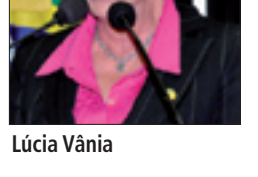
Gerson Camata



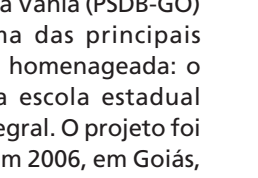
Gerson Camata



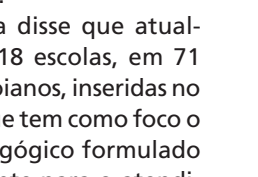
Gerson Camata



Lúcia Vânia



Lúcia Vânia



Lúcia Vânia

Ministro da Saúde afirma em debate na CAS que o país tem todas as condições para cumprir a meta do milênio, fixada pela ONU, de queda de 75% das mortes até 2015

Brasil pode alcançar redução da mortalidade materna

O BRASIL TEM “condições institucionais, políticas e técnicas” de obter a redução recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a taxa de mortalidade materna, afirmou ontem o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que participou de um debate sobre o assunto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com as Metas de Desenvolvimento do Milênio, fixadas pela ONU, essa taxa deveria cair 75% entre 1990 e 2015, o que é considerado pelo ministro como um grande desafio.

– Tendo como base o ano de 1990, a queda registrada no país até agora é de 46% – disse.

Para comprovar essa tendência, o ministro citou a notícia publicada pela *BBC Brasil* no mês passado de que a mortalidade materna no país diminuiu cerca de 63% entre 1980 e 2008. A informação da *BBC*, por sua vez, foi baseada em estudo divulgado pela revista especializada *The Lancet*. Temporão explicou que analistas atribuíram esse resultado à melhoria da qualidade do atendimento pré-natal e ao parto.

De acordo com o ministro, registram-se hoje em torno de 75 mortes de mães para cada 100 mil bebês nascidos vivos no país. Ele disse que, para alcançar o objetivo estabelecido pela ONU, essa taxa precisa baixar para 35 mortes para cada 100 mil.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), presidente da CAS, avaliou que a taxa atual indicada pelo ministro, de 75 mortes para cada 100 mil nascidos vivos, ainda é muito alta. Ela reconheceu que houve um decréscimo considerável entre 1990 e 2004 e lembrou que o governo Lula

lançou o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal em 2004, mas afirmou que a taxa “ficou estagnada desde então”. Para a senadora, Temporão não esclareceu por que isso ocorreu.

Rosalba também ressaltou que a baixa escolaridade e o reduzido nível de renda estariam entre as principais causas da mortalidade materna, pois a maioria das mortes, segundo ela, é de mulheres que não terminaram o ensino fundamental. Por isso, concluiu, “há muito a ser feito nas regiões

menos desenvolvidas”.

O representante da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), Hélio Bertolozzi Soares, lembrou que a organização dos serviços de saúde é mais importante que os fatores citados pela senadora. Cuba, observou ele, seria prova disso.

Hélio reiterou ainda o que outros participantes observaram durante o debate: muitas mortes podem ser evitadas de forma preventiva, principalmente durante o período pré-natal.



Temporão destacou redução já alcançada pelo país, de 63%, entre 1980 e 2008, mas Rosalba (com Augusto Botelho) avalia que taxa continua muito alta

“Não há decisão sobre gravidez para casais com Aids”

O estudo sobre gravidez para casais portadores de HIV ainda está em andamento e “não há nenhuma definição sobre isso”, disse ontem o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, ao ser questionado sobre informação da *Folha de S. Paulo* segundo a qual “o Ministério da Saúde elabora documento em que estimula portadores de HIV que queiram ter filhos a fazer sexo desprotegido em condições

específicas”.

– Há um comitê que ainda está analisando a questão e o ministério aguarda as conclusões – declarou o ministro da Saúde, durante a audiência pública na CAS sobre mortalidade materna.

Sobre as informações divulgadas pela *Folha de S. Paulo*, o ministro disse que se tratou “apenas da opinião de uma das pessoas que trabalham no

estudo”. Ele ressaltou ainda que “é claro que se deseja que todas as mulheres que queiram ter filhos possam tê-los em condições seguras para elas e para seus bebês. Esse é o objetivo do trabalho que está sendo feito”.

– Mas ainda não há nenhuma conclusão sobre como isso vai ser feito e em que contexto vai ser feito – frisou, acrescentando que não há um prazo para o término do estudo.

Isenção de IPI para deficiente auditivo passa na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que estende às pessoas com deficiência auditiva a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de carros para uso no transporte pessoal. A isenção já beneficia pessoas com deficiência física, visual ou mental, além de autistas.

O autor do projeto (PLS 14/08), senador Antônio Carlos

Valadares (PSB-SE), argumenta que a exclusão dos deficientes auditivos do benefício fiscal é discriminatória e que constitui dever do poder público apoiar as pessoas que enfrentam dificuldades em competir, em igualdade de condições, com os demais cidadãos na vida econômica e social.

O relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), observou que aceitar a exclusão dos de-

ficientes auditivos da isenção fiscal significaria concordar que o sentido da audição não tem nenhuma importância para o desenvolvimento da pessoa e sua integração na vida econômica e social.

Aprovado terminativamente pela CAE, o projeto deve seguir diretamente para a análise da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para sua votação no Plenário do Senado.



Proposta de Simon foi relatada por Arruda (à esq., ao lado de Flexa Ribeiro)

Comissão aprova projeto que torna crime comércio de fósseis

O armazenamento e a venda de fósseis poderão ser tipificados como crime, com pena de reclusão de um a cinco anos, além de multa. A determinação está prevista em projeto (PLS 57/05) de Pedro Simon (PMDB-RS) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Se não houver recurso para votação em Plenário, a matéria segue direto para a Câmara.

A proposta pretende proteger os depósitos de fósseis, que integram o patrimônio cultural nacional e guardam relevante valor científico. A punição alcança quem ofertar ou adquirir fósseis mesmo quando houver ausência de interesse comercial na transação. Nesse caso, a pri-

mação máxima cai para três anos. A pena, no entanto, pode chegar a cinco anos quando se tratar de exportação ou transferência de fósseis para o exterior, ainda que sem fins comerciais.

Em seu relatório favorável à matéria, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ressaltou que todo o patrimônio fóssil brasileiro carece de proteção legal.

“Tal patrimônio fóssil é importantíssimo para a compreensão e o estudo científico da forma pela qual a evolução se desenvolveu ao longo de centenas de milhões de anos e, desse modo, para o avanço e desenvolvimento das ciências no nosso país”, justificou Inácio Arruda.

Conforme o projeto, a pesquisa e a coleta de material fóssil deverão ser autorizadas pelos órgãos competentes.

Loja que não tiver cópia do CDC será multada em R\$ 1.064

Empresas comerciais e de serviços que não deixarem um exemplar do Código de Defesa do Consumidor (CDC) à disposição do público, em local visível e de fácil acesso, poderão ser multadas em R\$ 1.064,10. É o que prevê a nova redação dada a projeto de lei da Câmara (PLC 138/09) após reexame, ontem, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O texto anterior definia o valor da multa em Unidade de Referência Fiscal (Ufir), extinta em 2000 por medida provisória que, depois de seguidas reedições, acabou convertida na Lei 10.522, de julho de 2002.

Agora, o projeto retorna à

Mesa do Senado para que retome sua tramitação. A proposta havia passado pela CMA em novembro de 2009, em decisão terminativa. Como não houve recurso para votação em Plenário, o texto poderia ter seguido imediatamente à sanção presidencial. Porém, foi constatado que o valor da multa não poderia ser expresso em Ufir.

No relatório lido ontem, o senador Jayme Campos (DEM-MT) explica que, para calcular a multa em reais, ele utilizou o último valor da Ufir, divulgado ao fim de 2000 – correspondente a R\$ 1,0641. Como o texto inicial previa multa de mil Ufirs, o relator inseriu o valor de R\$ 1.064,10 no novo texto.

Cavalcanti anuncia debate sobre crack

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) anunciou a realização de debate sobre o avanço do crack entre jovens brasileiros, hoje, às 14h30, na Câmara dos Deputados. A reunião é promovida pela Frente Parlamentar Mista de Combate ao Crack.

Roberto Cavalcanti elogiou também a campanha educativa Crack Jamais, lançada na Paraíba pelo Sistema Correio de Comunicação. A campanha quer ajudar no combate ao uso da droga, que se espalha pelos municípios do estado.

– A epidemia da droga está assolando a Paraíba e é fundamental a ação educativa



Roberto Cavalcanti disse que epidemia de crack assola a Paraíba

na rede pública de ensino, no sentido de privilegiar campanhas destinadas a conscientizar os jovens a não experimentar o crack, [que foi] eleito pelo secretário de Esportes, Cristiano Zenaide, o inimigo público número um – disse.

Em apêndice, os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Romeu Tuma (PTB-SP) elogiaram o discurso.